

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CB3A1-I

1 O maior desafio do Poder Judiciário no Brasil é
 tornar-se cada vez mais acessível às pessoas, até mesmo
 a quem não pode arcar com o custo financeiro de um processo.
 4 De um modo amplo, o acesso à justiça significa a garantia de
 amparo aos direitos do cidadão por meio de uma ordem
 jurídica justa e, caso tais direitos sejam violados, a
 7 possibilidade de ele buscar a devida reparação. Para tornar
 efetivo esse direito fundamental e popularizá-lo, foram feitas
 várias mudanças na lei ao longo dos anos. Esse movimento de
 10 inclusão é conhecido como ondas renovatórias. Atualmente, já
 se fala no surgimento da quarta onda, que está relacionada aos
 avanços da tecnologia.

13 Na primeira onda renovatória, buscou-se superar as
 barreiras econômicas do acesso à justiça. No Brasil, as medidas
 para garantir a assistência judiciária a quem não pode arcar
 16 com as custas de um processo ou ser assistido por um
 advogado particular foram efetivadas principalmente pela
 Lei n.º 1.060, de 1950, e pela criação da Defensoria Pública da
 19 União, em 1994, que atende muitos segurados do INSS que
 têm de recorrer ao Poder Judiciário para conseguir um benefício.

A segunda onda renovatória enfrentou os desafios de
 22 tornar o processo judicial acessível a interesses coletivos, de
 grupos indeterminados, e não apenas limitado a ser um
 instrumento de demandas individuais. Para assegurar a tutela
 25 dos direitos difusos, que dizem respeito à sociedade em geral,
 foram criados instrumentos para estimular a democracia
 participativa. Os principais avanços ocorreram com a entrada
 28 em vigor da Lei da Ação Civil Pública, em 1985, e do Código
 de Defesa do Consumidor, em 1990, que, conjuntamente,
 31 formaram o microsistema processual para assegurar os
 interesses da população.

A terceira onda encorajou uma ampla variedade de
 reformas na estrutura e na organização dos tribunais, o que
 34 possibilitou a simplificação de procedimentos e,
 consequentemente, do processo. Entendeu-se que cada tipo de
 37 conflito tem uma forma adequada de solução: a decisão final
 para uma controvérsia pode ser tomada por um juiz, árbitro ou
 pelas próprias partes, com ou sem o auxílio de terceiros
 neutros, como mediadores e conciliadores.

40 Hoje, na quarta onda renovatória, a chamada
 revolução digital e suas mudanças rápidas aceleraram a
 engrenagem judicial. Esse processo de transição do analógico
 43 para o digital não se resume apenas à virtualização dos
 tribunais com a chegada do processo eletrônico. As tecnologias
 da informação e comunicação oferecem infinitas possibilidades
 46 para redesenhar o que se entende por justiça.

As plataformas digitais de solução de conflitos
 popularizaram serviços antes tidos como caros e pouco
 49 acessíveis. Hoje existe até a oferta de experiências de cortes
online, nas quais as pessoas têm acesso aos tribunais com um
 clique, sem sair de casa.

Mariana Faria. **O que tecnologia tem a ver com acesso à justiça?**
 13/6/2018. Internet: <www.dacordo.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CB3A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 As ondas renovatórias estão estreitamente relacionadas com a criação e modificação de leis para impulsionar a popularização do acesso à justiça.
- 2 A primeira onda renovatória caracteriza-se pela busca da promoção do acesso à justiça para os mais desfavorecidos economicamente.
- 3 A segunda onda renovatória é marcada pelo estímulo à participação dos cidadãos para a reivindicação democrática de interesses coletivos.
- 4 A terceira onda renovatória restringe tipos de acesso à justiça garantidos na segunda onda renovatória.
- 5 Virtualização e celeridade são atributos da quarta onda renovatória.
- 6 A ampliação do acesso à justiça no Brasil é um processo que se iniciou com a revolução digital.

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue os itens a seguir.

- 7 A expressão “esse direito fundamental” (l.8) refere-se a “o acesso à justiça” (l.4).
- 8 A correção gramatical do texto seria preservada caso se inserisse a preposição **a** imediatamente após “atende” (l.19) — **atende a**.
- 9 A eliminação da vírgula empregada imediatamente após “difusos” (l.25) não comprometeria a correção gramatical do texto, mas alteraria os seus sentidos originais.
- 10 No trecho “A terceira onda encorajou uma ampla variedade de reformas na estrutura e na organização dos tribunais” (l. 32 e 33), o verbo **encorajar** tem o mesmo sentido de **incentivar**.
- 11 O vocábulo “que” (l.29) poderia ser substituído por **o qual**, sem alteração dos sentidos e da correção gramatical do texto.
- 12 O autor levanta argumentos para defender a ideia de que a quarta onda renovatória supera as anteriores.
- 13 Como o texto elenca fatos ocorridos ao longo da história da justiça brasileira, é correto classificá-lo como predominantemente narrativo.
- 14 A inserção do sinal indicativo de crase em “a quem” (l.3) não comprometeria a correção gramatical do texto.

GEOGRAFIA DO AMAZONAS

A rede urbana do estado do Amazonas se localiza em meio à floresta amazônica, a maior floresta tropical do planeta. A respeito dos municípios amazonenses e de sua relação com o território, julgue os itens a seguir.

- 15 Estado de dimensões continentais, o Amazonas possui uma rede urbana formada por municípios de pequeno porte demográfico, apesar da grande concentração populacional na capital, Manaus, único município amazonense com mais de um milhão de habitantes.
- 16 Com exceção de Manaus, as principais cidades do estado do Amazonas — Parintins, Autazes, Manacapuru, Coari e Tefé — localizam-se às margens dos rios Solimões e Amazonas.

A exploração de petróleo e gás natural faz parte de uma ação geopolítica de desenvolvimento econômico do Amazonas e da Amazônia brasileira. Nesse contexto, a atuação da PETROBRAS nos municípios amazonenses acontece de diversas formas, de acordo com as atividades desenvolvidas na região. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 17 A construção do gasoduto Boa Vista – Manaus visa integrar a produção petrolífera da bacia do Rio Negro e da Venezuela ao polo petroquímico de Manaus, que é o maior recebedor de *royalties* do Amazonas e da região Norte do Brasil.
- 18 A província petrolífera do Urucu, próxima ao rio de mesmo nome, no município de Coari, é atualmente a maior reserva terrestre de petróleo e gás natural do Brasil. A extração mineral nessa bacia, que integra a bacia do rio Solimões, beneficia vinte municípios amazonenses, entre eles Coari, Tefé, Anamá e Manaus, que recebem os *royalties* da exploração mineral.

Com relação a aspectos econômicos de Manaus, julgue o item subsequente.

- 19 O polo industrial da Zona Franca de Manaus, grande produtor de eletroeletrônicos, motocicletas e bens de informática, além de desenvolvedor de atividades termoplásticas e químicas, gera números expressivos de empregos e circulação de renda no município e região.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PODER JUDICIÁRIO

Com base na legislação institucional e na legislação do Poder Judiciário do estado do Amazonas, julgue os itens a seguir.

- 20 Caso um servidor público civil do estado do Amazonas que esteja em gozo de licença para tratamento de saúde exerça atividade remunerada, ele será suspenso da licença até a reassunção ao cargo.
- 21 O cargo comissionado de coordenador da Central de Mandados do Poder Judiciário do estado do Amazonas será provido, exclusivamente, por bacharel em direito e, preferencialmente, por servidor efetivo.
- 22 Uma das metas de 2019 da justiça estadual é priorizar o julgamento de ações coletivas.
- 23 Caso seja insuficiente a quantidade de conciliadores e mediadores judiciais que atuam como auxiliares da justiça, os tribunais poderão formar quadro próprio de conciliadores e mediadores, admitindo-os por concurso público de provas e títulos.
- 24 Os juízes de direito que auxiliam o corregedor-geral de justiça exercem, cumulativamente, essa função auxiliar e suas funções judicantes em regime de tempo parcial.

Ainda tendo como referência a legislação institucional e a do Poder Judiciário do estado do Amazonas, julgue os itens subsequentes.

- 25 Pessoa com deficiência e seu acompanhante têm direito a atendimento prioritário na tramitação processual em que forem partes ou interessados, nos atos e nas diligências.
- 26 Todas as informações constantes do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) devem ser disponibilizadas aos usuários em portal de consulta pública da Internet, independentemente de cadastro anterior ou de demonstração de interesse.
- 27 As coordenadorias estaduais da mulher em situação de violência doméstica e familiar são compostas, exclusivamente, por juízes, que contam com apoio administrativo e equipes multidisciplinares formados, de preferência, por servidores do Poder Judiciário.
- 28 O plano de logística sustentável do Poder Judiciário, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, objetiva melhorar a eficiência do gasto público e da gestão dos processos do trabalho e pode observar, em sua elaboração, iniciativas como o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a Coleta Seletiva Solidária.
- 29 Tanto magistrados como estagiários e trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário têm assegurada a possibilidade de uso do nome social, em seus registros funcionais.

ACESSIBILIDADE

Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e em suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 30 Cabe ao poder público assegurar a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em língua brasileira de sinais (LIBRAS), pelas instituições públicas de ensino e pesquisa.
- 31 Para que um indivíduo seja considerado pessoa com deficiência, ele deve ter algum impedimento de longo prazo, que pode ser de natureza intelectual.
- 32 A pessoa com deficiência tem plena capacidade civil para exercer o direito à família, exercer seus direitos sexuais e conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.
- 33 Se uma pessoa com deficiência tiver de se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, o consentimento dela será imprescindível para a realização dos procedimentos e, por isso, não poderá ser suprido, ainda que ela esteja em situação de curatela.
- 34 É vedado ao juiz nomear, de ofício, curador a pessoa com deficiência em situação de curatela.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROCESSO DIGITAL

Com relação a informática e processo digital, julgue os itens que se seguem.

- 35 As empresas utilizam redes privadas virtuais VPN (*virtual private networks*) com o objetivo de criar *intranets* e *extranets* de maneira mais segura e confiável, sem a necessidade do uso de *firewalls* ou criptografia de dados.
- 36 O acesso aos arquivos e diretórios no ambiente Windows é possível tanto por meio do utilitário Windows Explorer quanto pela opção Abrir Arquivo que é disponibilizada nas ferramentas de editores de textos e planilhas.
- 37 Apesar de a Internet ser uma rede mundial de acesso amplo e gratuito, os usuários domésticos a utilizam por meio de algum provedor de acesso à Internet, isto é, uma empresa privada que cobra pelo acesso ao serviço.

Com base na Lei n.º 11.419/2006 e suas alterações, julgue os próximos itens.

- 38 O certificado digital emitido por uma autoridade certificadora é um dos componentes essenciais para a assinatura eletrônica dos usuários, com a finalidade de identificação inequívoca do signatário de um processo digital.
- 39 Apesar dos avanços alcançados com a Lei n.º 11.419/2006, a publicação eletrônica dos atos judiciais e administrativos dos tribunais ainda não substitui a publicação destes em meios físicos nem publicações oficiais.
- 40 Os documentos produzidos eletronicamente e juntados a um processo eletrônico, com garantia de origem e de seu signatário, são considerados originais.

Espaço livre